

Pacote está quase pronto

Após mais um dia de reuniões na área econômica e no Palácio do Planalto, o governo conseguiu fechar ontem à noite os principais pontos do pacote de medidas, devendo convocar para amanhã os membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) para aprovar o aumento dos juros no crédito rural e nas exportações, a liberação dos empréstimos bancários, a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e outros itens destinados a cortar despesas e aumentar a arrecadação do Imposto de Renda. Tudo, porém, depende da palavra final do presidente Figueiredo, que só será dada amanhã à noite.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse no final da tarde que um dos pontos ainda indefinidos no pacote de medidas é a questão da desindexação da economia. "Mas quem está cuidando disso é o ministro Delfim Netto, de modo que só perguntando a ele" — respondeu Galvêas, acrescentando que nesta questão ele está "inocente". O ministro dirigiu-se ao Palácio do Planalto, no final da tarde "para ver se a gente fecha isso", e explicou que a reunião do CMN ainda não estava convocada para quinta-feira.

Um pouco antes, entretanto, o ex-ministro da Fazenda e atual membro do CMN, Octávio Gouvêa de Bulhões, saiu do gabinete de Ernane Galvêas admitindo que "só vou falar na quinta-feira", dando a entender

que a reunião do Conselho está realmente marcada para aquele dia. Aveso a declarações à imprensa, o professor Bulhões acrescentou em tom de blague que ele mesmo havia marcado a reunião, dizendo em seguida que havia "inventado tudo isso".

Outra autoridade que deixou claro a decisão de aprovar o pacote na próxima quinta-feira foi o secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles. Em sua área estão se desenvolvendo os estudos para aumentar a arrecadação do Imposto de Renda, mas ele não quis adiantar nenhum detalhe sobre o assunto. Estas medidas, segundo outras fontes do Ministério da Fazenda, incluirão com certeza o aumento de 3% na tributação das aplicações de curtíssimo prazo no **open market**.

Com as medidas em preparação, o governo deverá fazer uma economia de aproximadamente Cr\$ 2 trilhões, de acordo com um alto assessor do Banco Central que participou das reuniões no Ministério da Fazenda na parte da manhã, em companhia do presidente do órgão, Carlos Langoni. Esta economia, necessária para reduzir o estouro do déficit público nos primeiros meses, será representada por cerca de Cr\$ 500 bilhões que o governo deixará de gastar em consequência da retirada dos subsídios, além de outros Cr\$ 1,5 trilhão decorrentes dos cortes nas estatais.